

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de Reais

fl. 1

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31.12.2016	31.12.2015		Notas	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO		1.674.728	1.577.527	PASSIVO		2	9
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3	2.895	Credores Diversos		2	9
Compromisso de Revenda	5	1.405.496	1.303.008	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.674.726	1.577.518
Créditos com o Governo Federal	6	234	213	Resultados Acumulados	8	1.674.726	1.577.518
Créditos a Receber	7	268.950	271.365				
Outros		45	46				
TOTAL DO ATIVO		1.674.728	1.577.527	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.674.728	1.577.527

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de Reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Doação de Recursos ao BCB para Execução de Projetos Institucionais	9	(99.875)	(91.431)
Receitas com Juros	10	201.719	180.464
Taxa de Administração	11	(4.690)	(4.263)
Outras Receitas		54	8
Outras Despesas		-	(9)
RESULTADO NO EXERCÍCIO	12.1	97.208	84.769

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.492.749	1.492.749
Resultado do exercício	84.769	84.769
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.577.518	1.577.518
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.577.518	1.577.518
Resultado do exercício	97.208	97.208
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.674.726	1.674.726

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de Reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
RESULTADO NO EXERCÍCIO	12.1	97.208	84.769
RESULTADO ABRANGENTE NO EXERCÍCIO	12.2	97.208	84.769

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de Reais

fl. 2

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais		(2.892)	2.893
Resgate de operações compromissadas	5	69.538	64.242
Recebimentos do Governo Federal		8	7
Pagamento de taxa de administração do Banco Central do Brasil	11	(4.690)	(4.263)
Doação de recursos ao Banco Central do Brasil para execução de projetos institucionais	9	(99.875)	(91.431)
Recebimento de créditos a receber	7	32.077	34.330
Outros recebimentos		50	8
Fluxo de Caixa Líquido		(2.892)	2.893
Varição em caixa e equivalentes de caixa		(2.892)	2.893
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.895	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3	2.895

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 - A REDI-BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN nº 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB 234/2003, de 20 de agosto de 2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-BC) incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque) e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria nº 37.687, de 18 de dezembro de 2006, conforme a seguir:

“Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico”.

Em atendimento à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), proferida pelo Acórdão nº 1448/2012 – TCU – Plenário, de 13 de junho de 2012, não são iniciados projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União (OGU).

Como a Redi-BC não possui personalidade jurídica, o Banco Central do Brasil (BCB) atua como seu administrador, realizando todas as operações em seu nome, sendo o Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão (Depog) responsável pela sua gestão. O BCB é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais.

A Redi-BC está sediada em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do BCB, e está sujeita à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de março de 2017 e encontram-se publicadas no sítio do BCB na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Redi-BC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.1. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor, e que não foram aplicadas antecipadamente pela Redi-BC

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: em julho de 2014 o IASB publicou a versão final da IFRS 9, contemplando a classificação e mensuração de ativos financeiros, ajuste a valor recuperável e contabilidade de *hedge*, como parte do projeto para substituição da Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa versão adiciona um novo modelo de ajuste a valor recuperável e alterações para classificação e mensuração de ativos financeiros. A norma tem aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2018, não sendo possível, no momento, estimar os potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras da Redi-BC.

2.2. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor, para as quais não se esperam efeitos sobre as demonstrações financeiras

- IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: em maio de 2014 o IASB emitiu a IFRS 15, que substituiu a IAS 11 – Contratos de Construção, a IAS 18 – Receita, a IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, a IFRIC 15 – Contratos para Construção de Imóvel, a IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes e a SIC 31 – Receita: Transações de Permuta Envolvendo Serviços de Publicidade. A IFRS 15 se aplica a contratos com clientes, porém, não se aplica a contratos de seguro, instrumentos financeiros ou contratos de arrendamento mercantil, que se enquadram no escopo de outras IFRS. A norma tem aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2018. Não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Redi-BC não possui contratos com clientes destinados ao fornecimento de produtos ou serviços;
- Modificações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: em janeiro de 2016 o IASB emitiu alterações à IAS 7 para exigir que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações de seus passivos provenientes de atividades de

financiamento. As alterações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2017. Não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Redi-BC não possui fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento;

- Modificações à IAS 12 – Impostos sobre a Renda: em janeiro de 2016 o IASB emitiu alterações à IAS 12 para esclarecer quando um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido por perdas não realizadas. As alterações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2017. Não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista a imunidade tributária da Redi-BC (Nota 3.7);
- IFRS 16 – Arrendamentos: em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16, que substitui a IAS 17 – Arrendamentos. A norma estabelece um único modelo para os contratos de arrendamento no balanço de uma arrendatária, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. Entretanto, a contabilidade desses contratos no balanço do arrendador permanece praticamente inalterada. As alterações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Redi-BC não possui contratos de arrendamento;
- Modificações à IAS 40 – Propriedades para Investimento: em dezembro de 2016 o IASB emitiu uma revisão da IAS 40 para esclarecer que uma propriedade em construção ou em desenvolvimento anteriormente classificada como estoque só pode ser reclassificada para propriedades para investimento quando houver uma mudança evidente no uso da propriedade. As alterações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2018. Não são esperados efeitos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Redi-BC não possui propriedades para investimento.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentadas as principais políticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado da Redi-BC é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao patrimônio líquido (Notas 8 e 12.1).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas

3.2.1. Despesas e custeio de projetos

As despesas da Redi-BC com projetos, apresentadas na rubrica Doação de Recursos ao BCB para Execução de Projetos Institucionais (Nota 9), são reconhecidas quando da efetivação da doação ao BCB, onde transitarão, por meio do OGU, as despesas com os materiais ou serviços prestados.

3.2.2. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva das operações, a qual desconta o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas com juros apresentadas na demonstração do resultado incluem as receitas e despesas com juros dos ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da Redi-BC.

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Redi-BC se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

A Redi-BC realiza operações em que não recebe substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nas operações de compra com compromisso de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores pactuados (Nota 5).

3.4.2. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) a Redi-BC transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sob o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.4.3. Compensação entre ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

3.4.4. Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo por Meio do Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada. Os passivos financeiros não são objeto de classificação, sendo mensurados pelo custo amortizado, à exceção dos passivos financeiros derivativos, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a) Valor Justo por Meio do Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento financeiro derivativo; ou
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo.

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda, sendo mensurados pelo valor justo. Os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, enquanto os ganhos e perdas relativos ao ajuste a valor justo são levados ao patrimônio líquido – sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização.

3.4.5. Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação, os quais fazem o maior uso possível de parâmetros objetivos de mercado, incluindo o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa efetiva de juros, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado

Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6. Ajustes a valor recuperável de ativos financeiros

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências objetivas de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do emissor ou devedor;
- não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou dos juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira; e
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta retificadora e o valor da perda reconhecido no resultado.

As avaliações de perdas no valor recuperável de ativos financeiros são realizadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade das metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido é transferida para a demonstração do resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta retificadora. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão da perda anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita.

3.5. Provisões para pagamentos de passivos

A Redi-BC reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.6. Uso de julgamentos, premissas e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer o uso de julgamentos, premissas e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos e passivos na data das demonstrações financeiras, bem como os montantes de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, uma vez que os resultados efetivamente realizados podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais julgamentos e estimativas.

As estimativas adotadas são analisadas em uma base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores julgados relevantes, refletindo as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As revisões realizadas são reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas no uso de julgamentos, premissas e estimativas, os resultados divulgados pela Redi-BC poderiam ser distintos, caso uma alternativa diferente fosse escolhida. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Redi-BC e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As avaliações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de premissas e estimativas, que apresentam impacto nos valores de ativos e passivos, dizem respeito aos ajustes a valor recuperável de ativos financeiros. A Redi-BC revisa seus ativos financeiros periodicamente a fim de avaliar se perdas no valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, conforme detalhado na Nota 3.4.6.

3.7. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de tributos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

Em razão de sua imunidade tributária, a Redi-BC não se submete aos requisitos da IAS 12.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se às disponibilidades de caixa destinadas a atender os compromissos de curto prazo da Redi-BC. A variação no período corresponde, basicamente, ao recebimento da prestação mensal dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial (Nota 7), ocorrido em 31 de dezembro de 2015, cuja aplicação em operações de compra com compromisso de revenda ocorreu em janeiro de 2016.

5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o BCB e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Redi-BC. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2016	31.12.2015
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.405.496	1.303.008
Garantias	1.417.658	1.309.427

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (Nota 10), compensada em parte pelo resgate de recursos para fazer frente às despesas com projetos no período, conforme detalhado no quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Saldo inicial	1.303.008	1.216.955
(+/-) aplicações/resgates	(69.538)	(64.242)
(+) juros (Nota 10)	172.026	150.295
Saldo final	1.405.496	1.303.008

6 - CRÉDITOS COM O GOVERNO FEDERAL

Referem-se a créditos originários do Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União, no âmbito da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que determina a consolidação das dívidas dos governos estaduais nas diversas entidades do Governo Federal, sendo corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros de 6% a.a. Tendo em vista o histórico de amortizações, e com base no art. 2º da Lei nº 8.727, de 1993, que estabelece a possibilidade de refinanciamento do valor devido em até 120 meses após o fim do prazo inicial, estima-se o término da amortização desses créditos para 2024. Esses créditos estão classificados na categoria Empréstimos e Recebíveis.

7 - CRÉDITOS A RECEBER

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos parcelados - Instituições em regime especial	268.950	271.363
Outros	-	2
Total	268.950	271.365

Referem-se aos créditos da Redi-BC com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, que estavam registrados em dívida ativa e não contavam com garantias, razão pela qual eram considerados sem valor recuperável.

Com a assinatura, em 2013, do termo de responsabilidade da dívida pelo Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, no âmbito da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, esses créditos foram contabilizados considerando-se o valor presente líquido do saldo devedor na data de assinatura do termo de parcelamento, tomando-se por base as taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) para a duração do contrato.

Esses créditos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros apropriados no resultado de acordo com a taxa efetiva da operação apurada na data de assinatura do termo de parcelamento (8,72% ao ano mais Taxa Referencial – TR).

Por sua vez, o valor de cada prestação mensal é atualizado exclusivamente mediante a aplicação da TR acumulada mensalmente, conforme dispõe o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

A variação no saldo deve-se ao recebimento das prestações no período, compensado em parte pela incorporação de juros (Nota 10), conforme detalhado no quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Saldo inicial	271.363	275.556
(+) juros (Nota 10)	29.664	30.137
(-) recebimento	(32.077)	(34.330)
Saldo final	268.950	271.363

8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica resultados acumulados inclui os resultados apurados pela Redi-BC desde a criação da Recheque (Nota 1), uma vez que não ocorre distribuição dos resultados.

9 - DOAÇÃO DE RECURSOS AO BCB PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS

Corresponde aos recursos doados pela Redi-BC ao BCB para o custeio de despesas com projetos institucionais.

O limite a ser transferido para o BCB consta do OGU e baseia-se em estimativas anuais para a execução de projetos institucionais aprovados pela Diretoria Colegiada. Entretanto, a liberação

desses recursos, com o conseqüente reconhecimento da despesa, dá-se somente para os valores já comprometidos e em vias de liquidação.

Os projetos institucionais, antes de terem recursos alocados, são submetidos ao Comitê de Projetos Corporativos (CPC) e, posteriormente, à Diretoria Colegiada, que aprova ou não sua criação. Dada a importância para o alcance dos objetivos estratégicos do BCB, no relatório de gestão anual são detalhados as entregas e benefícios dos projetos para a organização.

Os projetos institucionais são classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

- a) Projetos em elaboração: são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e que estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;
- b) Projetos em execução: projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;
- c) Projetos concluídos: todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação;
- d) Projetos cancelados: que tiveram sua execução cancelada por solicitação da unidade interessada, pelo Depog ou pelo coordenador do CPC nos casos previstos no Regulamento. Todas as propostas de cancelamento são encaminhadas à consideração da Diretoria Colegiada.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento da doação de recursos, de acordo com os parâmetros de classificação citados, tomando-se por base a etapa em que os projetos institucionais se encontravam em 31 de dezembro de 2016.

9.1. Doação de recursos – agregado

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Projetos em Execução	86.715	87.047
Projetos Concluídos	13.127	2.917
Subtotal	99.842	89.964
Recursos disponibilizados para custeio da carteira de projetos cujas despesas ainda não foram realizadas	33	1.467
Total	99.875	91.431

Os valores relativos aos recursos disponibilizados para custeio da carteira de projetos correspondem à parcela dos recursos efetivamente doados pela Redi-BC ao BCB, para a qual ainda não ocorreu a realização das despesas no OGU.

9.2. Projetos em elaboração

Projetos em Elaboração - 2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	2016	acumulada até 31.12.2016
- Alinhamento da Supervisão de Conduta voltada à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo aos Padrões Internacionais	169	-	-	-
- Alinhamento da Supervisão de Conduta voltada ao Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros aos padrões internacionais	317	-	-	-
- Aquisição de conhecimentos associados às competências profissionais essenciais	2.092	-	-	-
- Diagnóstico de Competências Profissionais Essenciais às Orientações Estratégicas e aos Processos Organizacionais	998	-	-	-
- Estruturação da aprendizagem em idiomas no Banco Central	698	-	-	-
- Gestão da Força de Trabalho	561	-	-	-
- Prospecção de técnicas de proteção do ambiente de produção da TI do Selic	99	-	-	-
- Tratamento do passivo documental pré Sidoc e digitalização de processos físicos	6.858	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	11.792	-	-	-

Projetos em Elaboração - 2015	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2014	2015	acumulada até 31.12.2015
- Alinhamento da Supervisão	1.210	-	-	-
- Análise de Modelo de Negócios	916	-	-	-
- Competências para o Modelo de Supervisão	768	-	-	-
- Estrutura de Capital e Disciplina de Mercado	1.535	-	-	-
- Estrutura de Planejamento e Acompanhamento da Difis	777	-	-	-
- Estrutura e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação na Fiscalização	76	-	-	-
- Gestão do Programa Modelo de Supervisão	14	-	-	-
- Integração das Informações de Monitoramento – I2M	928	-	-	-
- Limites Operacionais e Supervisão Macroeconômica	538	-	-	-
- Processo de Resolução das Instituições Financeiras do Segmento Não Bancário	384	-	-	-
- Promoção de ações conjuntas do Grupo de Bancos Centrais da América do Sul pela Estabilidade e Desenvolvimento Financeiro com apoio do BID	250	-	-	-
- Regulação e supervisão prudencial de cooperativas de crédito e instituições não bancárias	344	-	-	-
- Teste de Estresse	334	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	8.074	-	-	-

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do CPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

9.3. Projetos em execução

Projetos em Execução - 2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	2016	acumulada até 31.12.2016
- Adequação do Museu de Valores às exigências legais, às recomendações do Projeto de Segurança e às recomendações do Relatório de Auditoria	1.811	-	8	8
- Alinhamento da Supervisão	1.210	-	492	492
- Análise de Modelo de Negócios	917	-	342	342
- Aperfeiçoamento dos Modelos de Previsão da Liquidez Bancária	571	-	3	3
- Aperfeiçoamento e Harmonização Internacional das Modelagens de Risco, Performance e Alocação Estratégica	736	222	246	468
- Arranjos e Instituições de Pagamento	1.077	615	126	741
- Assistência Financeira de Liquidez	174	55	40	95
- Automação das Tesourarias do Rio de Janeiro e Salvador	44.044	13	3	16
- Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papéis de trabalho da Supervisão	1.814	512	870	1.382
- Cidadania financeira: informação e conhecimento para melhoria no relacionamento do cidadão com o SFN e com o BCB	887	325	147	472
- Competências para o Modelo de Supervisão	392	-	38	38
- Desenvolvimento de Sistema de Modelos e Procedimentos para Projeções de Variáveis Macroeconômicas	341	105	116	221
- Estrutura de Capital e Disciplina de Mercado	1.535	-	592	592
- Estrutura de Planejamento e Acompanhamento da Difis	777	-	165	165
- Estrutura e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação na Fiscalização	76	-	2	2
- Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil	3.694	2.321	1.058	3.379

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL (REDI-BC)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 12

- Estudos sobre o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil	90	15	29	44
- Excelência em Gestão de Processos	438	-	152	152
- Expansão do SML na América Latina	97	-	9	9
- Fluxo Eletrônico do Processo Administrativo Sancionador	320	-	13	13
- Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central	2.289	879	766	1.645
- Gestão de Desempenho para a otimização de resultados no Banco Central	1.464	282	64	346
- Gestão de Riscos de Tipologia não Financeira e Continuidade de Negócios no Banco Central do Brasil	754	365	250	615
- Gestão do Programa Modelo de Supervisão	120	-	29	29
- Integração das Informações de Monitoramento - I2M	928	-	13	13
- Introdução do <i>Covered Bond</i> no Brasil: Regulamentação da Letra Imobiliária Garantida	297	-	64	64
- Liderança no dia a dia	1.749	-	-	-
- Limites Operacionais e Supervisão Macroprudencial	538	-	118	118
- Memória do Banco Central do Brasil	1.685	-	379	379
- Mesa de Monitoramento de Operações do Meio Circulante	72	4	2	6
- Modernização do sistema de registro declaratório eletrônico de capitais estrangeiros no país (Fase 1 - Investimento Estrangeiro Direto)	311	142	111	253
- Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019	1.908	559	842	1.401
- Novo site do Banco Central do Brasil	878	-	-	-
- Observa BC	1.356	-	150	150
- Organização industrial das infraestruturas do mercado financeiro (IMF)	454	39	136	175
- PTIC01 - Aprimorar a governança e os processos internos de TIC	11.533	-	119	119
- PTIC02 - Prover e Aprimorar Soluções de TIC	83.193	-	3.675	3.675
- PTIC03 - Prover e aprimorar plataformas de infraestrutura para soluções de TIC	145.000	-	53.009	53.009
- PTIC04 - Desenvolver Competências em TIC	4.200	-	574	574
- Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais	147.920	22.415	19.879	42.294
- Projeto de Diagnóstico da Área de Saúde do Banco Central	400	5	325	330
- Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração	4.075	1.085	627	1.712
- Projeto Modelos de Análise de Interrelações e Projeções Econômico-Financeira Internacionais	559	-	83	83
- Regulação e supervisão prudencial de cooperativas de crédito e instituições não bancárias	344	-	38	38
- Revisão do Sistema de Resolução de entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil	438	121	142	263
- Seminários de Pesquisa sobre Estabilidade Macro-Financeira e Intermediação Financeira	755	-	484	484
- Sistema Integrado de Autorizações	2.486	-	152	152
- Sistema Integrado de Segurança	28.354	-	111	111
- <i>Supervisory Colleges</i> Banco do Brasil e Itaú-Unibanco (2016)	36	-	27	27
- Teste de Estresse	334	-	95	95
Total - Projetos em Execução	505.431	30.079	86.715	116.794

Projetos em Execução - 2015	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2014	2015	acumulada até 31.12.2015
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 01) Aprimoramento da Governança de TIC	435	375	-	375
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 02) Provedimento de Soluções de TIC para as Unidades do Banco Central do Brasil	12.495	4.837	7.700	12.537
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 03) Aprimoramento das Soluções de Intranet, Internet e Extranet	307	11	187	198
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 04) Aperfeiçoamento Tecnológico da Estrutura de Automação de Escritórios e de Computação Pessoal	13.244	7.364	-	7.364
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 05) Atualização Tecnológica da Infraestrutura de <i>Hardware</i> e <i>Software</i>	68.499	28.462	38.973	67.435
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 06) Aprimoramento dos Serviços de Redes e Comunicações Unificadas	13.465	7.138	4.728	11.866
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 07) Melhoria dos Processos e Arquitetura de Desenvolvimento de Sistemas de TIC	1.888	1.117	413	1.530
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 08) Aperfeiçoamento tecnológico das plataformas de desenvolvimento de soluções de TIC	7.897	5.121	2.222	7.343
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 09) Modernização Tecnológica dos Sistemas Computacionais	3.090	835	1.870	2.705
- (PDTI 2013-2015): (Objetivo 10) Desenvolvimento das Competências em TIC	1.990	1.023	438	1.461
- Aperfeiçoamento das estatísticas de estoques e fluxos financeiros setoriais	182	85	7	92
- Aperfeiçoamento e Harmonização Internacional das Modelagens de Risco, Performance e Alocação Estratégica	736	151	71	222
- Arranjos e Instituições de Pagamento	1.047	371	244	615
- Assistência Financeira de Liquidez	285	14	41	55
- Automação das Tesourarias do Rio de Janeiro e Salvador	44.044	-	13	13
- Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papéis de trabalho da Supervisão	1.133	251	261	512
- Avaliação Externa sobre o Arcabouço Brasileiro para Estabilidade Financeira	367	-	219	219
- Cidadania financeira: informação e conhecimento para melhoria no relacionamento do cidadão com o SFN e com o BCB	889	72	253	325
- Cinquentenário do Banco Central do Brasil	679	-	539	539

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL (REDI-BC)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 13

- Consolidação da Participação do Brasil no <i>Central Bank Internal Auditors Group</i> (CBIA) e organização da reunião de 2015	194	-	53	53
- Construção de indicadores macrofinanceiros	1.320	539	628	1.167
- Desenvolvimento de Sistema de Modelos e Procedimentos para Projeções de Variáveis Macroeconômicas	275	69	36	105
- Educação Financeira de jovens e adultos em situação de pobreza e extrema pobreza com foco no empoderamento financeiro	1.134	358	30	388
- Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil	3.586	1.076	1.245	2.321
- Estudos de Viabilidade e Definição Técnica de um SML da CPLP	72	13	-	13
- Estudos sobre o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil	107	-	15	15
- Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central do Brasil	2.289	-	879	879
- Gestão de Desempenho para a otimização de resultados no Banco Central	1.464	-	282	282
- Gestão de Riscos de Tipologia não Financeira e Continuidade de Negócios no Banco Central do Brasil	830	262	103	365
- Implantação do Arranjo Contingente de Reservas - <i>Contingent Reserve Arrangement</i> (CRA) - dos BRICS	96	11	79	90
- Implementação da metodologia do sexto Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6) na compilação do Balanço de Pagamentos (BP) e da Posição de Investimento Internacional (PII) do Brasil	233	39	66	105
- IV e V Semanas da Cultura Organizacional - SCO	95	25	-	25
- Memória do Banco Central do Brasil	1.685	-	-	-
- Mesa de monitoramento de operações do Meio Circulante	72	-	4	4
- Modernização da Plataforma e Ferramentas de Previsão de Inflação para o Copom	381	146	185	331
- Modernização do sistema de registro declaratório eletrônico de capitais estrangeiros no país (Fase 1 - Investimento Estrangeiro Direto)	311	24	118	142
- Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019	2.405	190	369	559
- Observa BC	396	-	-	-
- Organização industrial das infraestruturas do mercado financeiro (IMF)	454	5	34	39
- Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais	147.920	-	22.415	22.415
- Projeto Aumento da Eficiência e Efetividade na Cobrança e Recuperação de Créditos, com Foco em Grandes Devedores	945	22	80	102
- Projeto de Diagnóstico da Área de Saúde do Banco Central	480	-	5	5
- Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração (BCJUR2)	4.075	-	1.085	1.085
- Projeto Implantação da Abordagem Baseada no Risco para PLD/CFT	78	-	-	-
- Projeto Ouro e Demais Metais Preciosos: Inventário, Diagnóstico e Recomendações	90	20	61	81
- Redução dos custos associados à regulação contábil e de auditoria	228	37	49	86
- Revisão do Sistema de Resolução de entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil	353	68	53	121
- Sistema das Exigibilidades do Crédito Rural	244	-	47	47
- Sistema de Acompanhamento de Regimes Especiais de Resolução	545	65	257	322
- Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro	854	69	690	759
- Sistema Integrado de Autorizações	2.510	-	-	-
Total - Projetos em Execução	348.393	60.265	87.047	147.312

A não realização de despesas no exercício em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

A seguir, são apresentados aspectos referentes aos projetos em execução mais relevantes, considerando o valor realizado até 31 de dezembro de 2016:

- Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papeis de trabalho da Supervisão: projeto cujo objetivo é aprimorar os processos de supervisão direta pela sua automação, com registro padronizado e integrado dos papeis de trabalho das ações de supervisão, pela economia de recursos e pelo aperfeiçoamento da metodologia de Avaliação de Riscos e Controles (SRC);
- Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil: projeto decorrente de acordo entre o BCB e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabelecer o Cecab, tornando-o um centro de capacitação regional do FMI de excelência em assuntos econômicos;
- Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central: projeto com objetivo de implantar metodologias e instrumentos que aumentem a efetividade de ações de capacitação relacionadas aos conhecimentos essenciais do BCB;
- Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019: projeto cujo objetivo é realizar o planejamento estratégico do BCB para o ciclo 2016-2019, com base em diagnósticos e análises de cenários, estabelecendo novas orientações, prioridades e ações estratégicas, consolidando a metodologia e as ferramentas de planejamento e de governança da instituição;

- e) Projetos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o ciclo 2016-2019 (PTIC): compreendem um conjunto de projetos corporativos vinculados aos objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O conjunto destes projetos visa aprimorar a governança e os processos internos de TIC, otimizar o uso dos recursos financeiros, gerenciar o relacionamento com as áreas de negócio e prover soluções de TIC, aprimorar os serviços de provimento e análise de dados, atualizar as tecnologias dos sistemas legados, prover plataformas para serviços de TIC, prover infraestrutura para suportar serviços de TIC, de computação pessoal e de mobilidade, e desenvolver competências em TIC;
- f) Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais: projeto cujos objetivos são promover a melhoria das condições de trabalho de servidores e contratados do BCB, especialmente nos aspectos de acessibilidade, sustentabilidade e segurança, bem como a racionalização dos espaços físicos e a redução do consumo de água e energia, por meio da inovação tecnológica, modernização da infraestrutura e revitalização dos edifícios funcionais;
- g) Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração (BCJUR2): projeto cujos objetivos são promover a implantação do sistema BCJUR2 em produção, aprimorando as atividades de representação, consultoria e assessoramento legal do BCB, e o controle do passivo judicial e dos créditos geridos pela área jurídica, e implementar a integração do BCJUR2 com os sistemas de órgãos do Poder Judiciário, aumentando a eficiência da representação judicial do BCB.

Cabe destacar, ainda, os seguintes projetos para os quais se espera significativa execução financeira para os próximos períodos:

- a) Automação das Tesourarias do Rio de Janeiro e Salvador: projeto com objetivo de aprimorar a logística e a segurança da operação das tesourarias nos novos prédios do BCB, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, por meio da automação dos processos de recebimento e despacho, da movimentação interna e da guarda de numerário em casa-forte e dos demais prédios com a implantação do *software* de controle dos volumes movimentados e armazenados;
- b) Sistema Integrado de Segurança: projeto cujo objetivo é modernizar o sistema de segurança em todas as edificações do BCB, associado à implantação de *software* especializado que possibilite a integração dos subsistemas de segurança, contribuindo para a mitigação dos riscos inerentes à área de atuação de segurança.

9.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos - 2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	2016	acumulada até 31.12.2016
- Aperfeiçoamento das estatísticas de estoques e fluxos financeiros setoriais	182	92	60	152
- Avaliação Externa sobre o Arcabouço Brasileiro para Estabilidade Financeira	367	219	115	334
- Cinquentenário do Banco Central do Brasil	679	539	100	639
- Consolidação da Participação do Brasil no <i>Central Bank Internal Auditors Group</i> (CBIA) e organização da reunião de 2015	194	53	26	79
- Construção de Indicadores macrofinanceiros	1.320	1.167	123	1.290
- Educação Financeira de jovens e adultos em situação de pobreza e extrema pobreza com foco no empoderamento financeiro	1.134	388	-	388
- Estudos de Viabilidade e Definição Técnica de um SML da CPLP	72	13	-	13
- Fortalecimento do papel do BCB nas discussões da área de infraestrutura promovidas pelo CEMLA (Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos)	129	-	87	87
- Implantação do Arranjo Contingente de Reservas - <i>Contingent Reserve Arrangement</i> (CRA) - dos BRICS	137	90	17	107
- Implementação da metodologia do sexto Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6) na compilação do Balanço de Pagamentos (BP) e da Posição de Investimento Internacional (PII) do Brasil	239	105	38	143
- Implementação das Recomendações de Basileia - Fase 5	2.467	2.435	1	2.436
- IV e V Semanas da Cultura Organizacional - SCO	95	25	25	50
- Modernização da Auditoria Interna	1.804	977	39	1.016
- Modernização da Plataforma e Ferramentas de Previsão de Inflação para o Copom	398	331	-	331
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 01) Aprimoramento da Governança de TIC	375	375	-	375
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 02) Provimento de Soluções de TIC para as Unidades do Banco Central do Brasil	15.185	12.537	2.598	15.135
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 03) Aprimoramento das Soluções de Intranet, Internet e Extranet	351	198	153	351
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 04) Aperfeiçoamento Tecnológico da Estrutura de Automação de Escritórios e de Computação Pessoal	10.138	7.364	2.771	10.135
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 05) Atualização Tecnológica da Infraestrutura de <i>Hardware</i> e <i>Software</i>	70.522	67.435	3.040	70.475

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL (REDI-BC)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 15

- PDTI 2013-2015: (Objetivo 06) Aprimoramento dos Serviços de Redes e Comunicações Unificadas	12.260	11.866	326	12.192
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 07) Melhoria dos Processos e Arquitetura de Desenvolvimento de Sistemas de TIC	1.740	1.530	210	1.740
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 08) Aperfeiçoamento tecnológico das plataformas de desenvolvimento de soluções de TIC	8.520	7.343	1.098	8.441
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 09) Modernização Tecnológica dos Sistemas Computacionais	3.265	2.705	560	3.265
- PDTI 2013-2015: (Objetivo 10) Desenvolvimento das Competências em TIC	1.938	1.461	456	1.917
- Projeto Aumento da Eficiência e Efetividade na Cobrança e Recuperação de Créditos, com Foco em Grandes Devedores	945	102	246	348
- Projeto Implantação da Abordagem Baseada no Risco para PLD/CFT	78	-	-	-
- Projeto Ouro e Demais Metais Preciosos: Inventário, Diagnóstico e Recomendações	106	81	19	100
- Redução dos Custos Associados à Regulação Contábil e de Auditoria	228	86	55	141
- Sistema das Exigibilidades do Crédito Rural	244	47	158	205
- Sistema de Acompanhamento de Regimes Especiais de Resolução	746	322	342	664
- Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro	1.390	759	464	1.223
Total - Projetos Concluídos	137.248	120.645	13.127	133.772

Projetos Concluídos - 2015	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2014	2015	acumulada até 31.12.2015
- 3º Encontro de Supervisão Bancária dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP) no Brasil	69	-	22	22
- Desenvolvimento de Taxas de Juros Referenciais	253	34	195	229
- Implantação de piloto do sistema interativo de Psicologia Econômica no Museu de Valores	252	215	32	247
- Implementação das recomendações de Basileia - Fase 5	2.467	1.550	885	2.435
- Instituições Bancárias: Geografia e determinação do capital mínimo	68	6	-	6
- <i>Media Training</i> para Porta-Vozes do Banco Central do Brasil	88	-	78	78
- Mercosul – GMM – Presidência Pro Tempore do Brasil (1º semestre de 2015)	27	-	20	20
- Modernização da Auditoria Interna	1.804	713	264	977
- Modernização da Estrutura de Supervisão, Organização e Regulação dos Segmentos Não Bancários	408	143	2	145
- Reunião do Grupo dos 30	621	-	535	535
- Revisão, Consolidação e Modernização da Regulação Atinente ao Registro de Ativos e Transações Financeiras no Âmbito do Sistema Financeiro Nacional	114	55	39	94
- Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	404	378	-	378
- Seminário <i>Irving Fischer Committee on Central Bank Statistics</i> /Banco Central do Brasil 2015	371	-	143	143
- Seminários de Pesquisa sobre Estabilidade Financeira e Economia Bancária	458	-	345	345
- Sistema de Assessoramento Parlamentar	296	134	112	246
- Sistema Integrado de Orçamento do Banco Central	984	821	163	984
- Soluções de segurança para ambientes e acervo da Galeria de Artes e do Museu de Valores do Banco Central em Brasília - Fase 1	55	8	47	55
- XI Reunião de Assessores de Política Monetária de Bancos Centrais	47	-	35	35
Total - Projetos Concluídos	8.786	4.057	2.917	6.974

A seguir, são apresentados aspectos referentes aos projetos concluídos mais relevantes, considerando o valor realizado até 31 de dezembro de 2016:

- Construção de indicadores macrofinanceiros: projeto cujos objetivos foram construir métricas de governança, eficiência, competição, concentração e riscos para o Sistema Financeiro Nacional (SFN), estudando o impacto dessas medidas sobre os canais de transmissão da política monetária, e avaliar o papel da gestão do BCB na estabilidade financeira;
- Implementação das recomendações de Basileia – Fase 5: projeto cujo objetivo foi propor alterações do arcabouço normativo do SFN, com a participação de discussões nos principais fóruns internacionais de regulação e supervisão bancária para adequar os processos de monitoramento e de fiscalização das instituições bancárias e não bancárias às recomendações de aperfeiçoamento regulatório publicadas pelo Comitê de Basileia;
- Modernização da Auditoria Interna: projeto cujo objetivo foi modernizar a ação de auditoria interna do BCB por meio do provimento de solução integrada de tecnologia da informação (TI) e do aperfeiçoamento da auditoria interna, com a preparação da área para a implantação de um Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria para a Auditoria Interna;
- Projetos do PDTI: compreenderam um conjunto de 10 projetos corporativos vinculados ao objetivo estratégico de TIC. O conjunto destes projetos visou aprimorar a governança de TIC, prover soluções de *software* e de *hardware*, aprimorar e atualizar tecnologicamente a infraestrutura de *hardware*, de

software e de plataformas de desenvolvimento e os sistemas computacionais, com foco complementar no desenvolvimento das competências em TIC;

- e) Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro: projeto cujo objetivo foi integrar o controle de operações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ao Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

9.5. Projetos cancelados

Projetos Cancelados - 2016	Orçamento previsto	Realização	
		acumulada até 31.12.2015	acumulada até 31.12.2016
- Promoção de ações conjuntas do Grupo de Bancos Centrais da América do Sul pela Estabilidade e Desenvolvimento Financeiro com apoio do BID	250	-	-
- Processo de Resolução das Instituições Financeiras do Segmento Não Bancário	384	-	-
Total - Projetos Cancelados	634	-	-

9.6. Doação de recursos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos realizados com os projetos institucionais de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Diárias e Passagens	3.896	2.018
Serviços Técnico Profissionais	2.586	3.704
Treinamento	1.687	1.122
Serviços de Consultoria	157	485
Equipamentos de Informática	37.652	24.984
Softwares e soluções de informática	32.833	34.670
Realização de Obras	17.473	17.970
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	2.514	4.335
Outras	1.044	676
Subtotal	99.842	89.964
Recursos disponibilizados para custeio da carteira de projetos cujas despesas ainda não foram realizadas	33	1.467
Total	99.875	91.431

10 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas com Juros	201.719	180.464
Compromisso de Revenda (Nota 5)	172.026	150.295
Créditos a Receber (Nota 7)	29.664	30.137
Outras	29	32
Resultado Líquido com Juros	201.719	180.464

A variação no período decorreu, basicamente, do aumento das receitas com juros das operações compromissadas, haja vista o aumento do saldo médio aplicado e da taxa Selic efetiva, em comparação ao ano anterior.

11 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Refere-se às despesas com o ressarcimento, ao BCB, dos custos incorridos na administração da Redi-BC (Notas 1 e 17.1).

12 - RESULTADO NO EXERCÍCIO

12.1. Resultado no exercício

O resultado no exercício foi positivo em R\$97.208 (R\$84.769 em 2015). A variação no resultado decorreu, basicamente, do aumento das receitas com juros (Nota 10), compensada, em parte, pelo aumento das despesas relacionadas ao custeio de projetos (Nota 9).

12.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Em 2015 e 2016 não existiam itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido que requerem a sua divulgação na DRA.

13 - ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O quadro a seguir apresenta, para cada rubrica do ativo e do passivo da Redi-BC, os valores que se espera recuperar ou liquidar após 31 de dezembro de 2017 (após 31 de dezembro de 2016, para os saldos existentes em 31 de dezembro de 2015), considerados como não circulantes. Os demais valores foram considerados como circulantes.

	31.12.2016			31.12.2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-	3	2.895	-	2.895
Compromisso de Revenda	1.405.496	-	1.405.496	1.303.008	-	1.303.008
Créditos com o Governo Federal	32	202	234	26	187	213
Créditos a Receber	23.558	245.392	268.950	21.857	249.508	271.365
Outros	45	-	45	46	-	46
Total do Ativo	1.429.134	245.594	1.674.728	1.327.832	249.695	1.577.527
Passivos						
Credores Diversos	2	-	2	9	-	9
Total do Passivo	2	-	2	9	-	9

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Justo	Contabilidade	Valor Justo	Contabilidade
Ativos Financeiros				
Empréstimos e Recebíveis	1.593.962	1.674.728	1.491.785	1.577.527
Passivos Financeiros	2	2	9	9
Outros Passivos	2	2	9	9

Em 31 de dezembro de 2016, dentre os instrumentos classificados como Empréstimos e Recebíveis, o valor justo dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial (Nota 7), apurado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando-se taxas de mercado compatíveis, era R\$188.184 (R\$185.622 em 31 de dezembro de 2015).

Os demais ativos e passivos financeiros não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se referirem a operações à vista ou de curto prazo, à exceção dos Créditos com o Governo Federal, os quais, entretanto, não apresentam saldo relevante.

15 - COMPENSAÇÃO ENTRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Redi-BC registra ativos e passivos financeiros pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido (Nota 3.4.3). Em 31 de dezembro de 2016, não existiam operações nessa situação.

Entretanto, alguns ativos e passivos financeiros que não são compensados na contabilidade estão sujeitos a acordos que permitem uma parte ter a opção de efetuar a liquidação de todos os montantes pelo valor líquido no caso de inadimplência ou falência da outra parte. Enquadram-se nessa situação as operações de compra com compromisso de revenda de títulos públicos federais (Nota 5), conforme apresentado a seguir. Em conformidade com o disposto na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, o valor dos instrumentos financeiros não compensados foi limitado ao valor líquido dos ativos financeiros reconhecidos.

Em 31.12.2016

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial		Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa	
Compromisso de Revenda	1.405.496	-	1.405.496	(1.405.496)	-	-
Total	1.405.496	-	1.405.496	(1.405.496)	-	-

Em 31.12.2015

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial		Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa	
Compromisso de Revenda	1.303.008	-	1.303.008	(1.303.008)	-	-
Total	1.303.008	-	1.303.008	(1.303.008)	-	-

16 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista suas características, a Redi-BC investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais (Nota 5) e os aplica em projetos de interesse do BCB, não lhe sendo permitido contrair empréstimos.

16.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Os ativos da Redi-BC têm como contraparte o próprio BCB ou o Governo Federal, não apresentando, portanto, risco de crédito, à exceção dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, cujas características e condições estão descritas na Nota 7. Importante ressaltar que esses créditos são originários da extinta Recheque (Nota 1), não existindo mais a previsão legal para a ocorrência de novas operações dessa natureza.

16.2. Risco de mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

16.2.1. Risco de taxa de juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O

quadro a seguir demonstra a exposição da Redi-BC às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações prefixadas.

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pós-fixado	1.674.680	-	1.574.584	-
Sem juros	48	2	2.943	9
Total	1.674.728	2	1.577.527	9

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos pela taxa Selic, pela TR ou pelo IGP-M acrescido de juros.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros ao ano aumentaria o resultado de 2016 em R\$14.389 (R\$13.601 em 2015).

16.2.2. Risco de variação cambial

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio. Como as operações em moeda estrangeira são realizadas eventualmente e em valores inexpressivos, não há política de mitigação de risco de variação cambial.

16.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há exposição ao risco de liquidez em função da liquidez diária de seus ativos, à exceção dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, cujas características e condições estão descritas na Nota 7 (vide também Nota 16.1), e do valor inexpressivo de passivos.

17 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgações sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

17.1. Banco Central do Brasil (BCB)

O BCB é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica.

As principais transações realizadas entre o BCB e a Redi-BC são as operações de compra com compromissos de revenda, cujas condições estão descritas na Nota 5, e a doação de recursos para a execução de projetos institucionais, discriminada na Nota 9.

Na administração da Redi-BC, o BCB utiliza-se de sua estrutura e mão de obras internas, sendo ressarcido dos custos incorridos por meio de cobrança de taxa de administração, que em 2016 foi de R\$4.690 (R\$4.263 em 2015 – Nota 11). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo BCB, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas pelos servidores do BCB no desenvolvimento de atividades relacionadas à Redi-BC.

O Regimento Interno do BCB estabelece as competências para a administração da Redi-BC, que são exercidas pelo Depog (Nota 1), cabendo destacar, ainda, o desenvolvimento de atividades relacionadas à Redi-BC pelas demais unidades do BCB, em suas respectivas áreas de atuação.

17.2. Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus)

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos servidores do BCB que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

17.3. Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)

A Funpresp-Exe é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo sido criada pelo Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações. A Funpresp-Exe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

17.4. Fundo de Assistência ao Pessoal (Faspe)

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos servidores do BCB. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do BCB e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do BCB equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. O Faspe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerado como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um plano de benefício pós-emprego mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

17.5. Governo Federal

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Redi-BC foi constituída com recursos da Recheque (Nota 1). Em 31 de dezembro de 2016, a Redi-BC possuía créditos com o Governo Federal no valor de R\$234 (R\$213 em 31 de dezembro de 2015).

Adalberto Felinto da Cruz Júnior
Chefe do Departamento de Planejamento,
Orçamento e Gestão

Arthur Campos e Pádua Andrade
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Execução Financeira
Contador – CRC-DF 24.829/O-7

Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil - Redi-BC

(administrada pelo Banco Central do Brasil)

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2016

e relatório do auditor independente





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC
(administrada pelo Banco Central do Brasil)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil ("Redi-BC"), administrada pelo Banco Central do Brasil ("Administrador"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Redi-BC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC
(administrada pelo Banco Central do Brasil)

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Redi-BC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

Os responsáveis pela governança da Redi-BC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Redi-BC.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Redi-BC. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

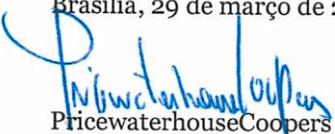


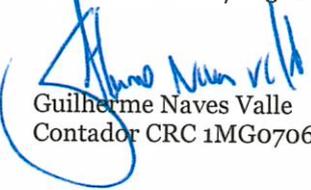
Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC
(administrada pelo Banco Central do Brasil)

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF